

AULA INAUGURAL DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS MINISTRADA PELO PROFESSOR ERNESTO RENAN MELO FREITAS PINTO (15/03/2018)

A situação atual das Ciências Humanas e Sociais na Amazônia

Ernesto Renan Melo Freitas Pinto
Conferencista

Rafael Seixas de Amoêdo
Revisor
Transcritor

INTRODUÇÃO

O pensamento social sobre a Amazônia que antecede as ciências sociais é representado por figuras que não tem formação sistemática, como é aplicado nos cursos de Antropologia, Sociologia ou Ciência Política. Em geral, era apoiado pelos cursos de Direito, Medicina e Engenharia. Benedito Nunes, a exemplo, grande intelectual amazonense, formado em direito, seguiu pela vertente da filosofia e crítica literária, pesquisas apoiadas em Michel Foucault e grandes filósofos, além disso era grande estudioso na Hermenêutica, que é muito aplicada na vida jurídica.

Outra questão inerente é a influência nos estudos sociais que ainda pode ser percebido pelos intelectuais de origem religiosa que trabalham com a exegese dos textos sagrados e que são utilizados não apenas como leitura “ao pé da letra”, mas sim para análise de cada obra, e são exemplos que antecedem a hermenêutica no seu sentido literal.

Assim, verifica-se o papel de estudos que fomentam as ciências humanas inerente as diversas áreas.

A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DO PENSAMENTO SOBRE A AMAZÔNICA QUE ANTECEDE AS CIÊNCIAS SOCIAIS

Para trazer o debate da situação das ciências humanas na Amazônia é necessário partir da ideia da formação. O pensamento social implica em um processo de formação histórica para entender em que ponto chegamos como tratado na sociologia ou antropologia, sendo estudado de forma sistemática pelos cientistas dessas áreas.

Anteriormente, o que se tinha eram ciências de outras áreas, como da medicina e direito que fomentaram o pensamento social para as ciências humanas. Exemplifica-se o caso celebre no Brasil de Euclides da Cunha, engenheiro militar que entrou em contato com o nordeste para fazer uma cobertura jornalística da guerra de canudos que resultou em sua obra máxima *Os Sertões* e logo trabalha sobre as condições de limites na Amazônia que resulta em uma obra inacabada *À margem da história*, produzindo um conhecimento significativo sobre o tema, sendo o primeiro “cientista social” com um parecer para denunciar as inequidades do seringal que, segundo suas próprias palavras, “o seringueiro trabalha para se escravizar” relatando situações de violência, traduzindo a riqueza do ciclo da borracha e a tragédia humana, influenciando posteriormente novas literaturas e cientistas sociais, ganhando assim lugar importante na formação do pensamento social.

Há de se considerar o papel dos pensadores sociais que antecedem as ciências humanas como se conhece na academia, como exemplo o que é visto nas áreas da história e geografia, transgredindo suas áreas de conhecimento e formação contribuíram para a formação do pensamento social.

A exemplificar no cenário local, cita-se André Araújo que foi um jurista e o primeiro juiz de menores do Amazonas que escreveu a primeira obra, *Sociologia de Manaus e Introdução à Sociologia*, com contribuição fundamental às ciências sociais. Assim, distingue-se o pensador social, ou seja, que é responsável pela formação do pensamento social.

Além disso, a exemplo, Curt Nimuendajú, autor alemão, ao chegar ao Brasil se transforma gradualmente em um antropólogo estudando sozinho vários povos indígenas, em especial na Amazônia, estendendo sua atividade até construir um mapa das sociedades indígenas no Brasil. Esse autor chegou a trabalhar com Nunes Pereira na organização do livro chamado *Moronguetá*, uma coleção de histórias eróticas, e tinha como objetivo romper com uma antropologia calvinista ou puritana, mostrando que os povos indígenas, especialmente na região do Rio Negro, possuíam um vasto repertório de histórias libidinosas, chegando a ser comparado com a obra *Decamerão*.

Curt Nimuendajú teve uma participação fundamental na formação da antropologia brasileira e em especial a da Amazônia. Colaborava com outros antropólogos, brasileiros e alemães, que estavam radicados no Brasil e que foram responsáveis pela formação do núcleo de antropologia da USP e da Universidade de São Paulo num sentido amplo.

Outro exemplo, é o professor Leandro Tocantins, advogado que contribuiu para a história do Acre, mas, sobretudo, para os estudos de lusotropicalismo, pois fazia parte de um pensamento que teve sua origem na obra de Gilberto

Freire sobre o luso-tropicalismo, com a ideia que Portugal construiu na Amazônia uma civilização com características especiais, plenamente adaptadas aos trópicos, fomentando um debate com seus para os e contras desse processo, validando e fomentando um pensamento lusotropical.

Hegel, em sua obra *Filosofia da História*, descreve uma compilação de três cursos proferidos por ele na Alemanha em 1822, 1824 e 1828. Nesse processo, por meio das aulas, há anotações dos alunos e do próprio Hegel e dentre elas há a afirmação que os portugueses se adaptaram melhor a região equatorial e tratavam seus escravos de uma forma mais amena que outros povos. Esses estudos ocorreram 100 anos antes de Gilberto Freire publicar *Casa Grande Senzala*, que tinha como um de seus objetivos tratar da escravidão, mas também o processo civilizatório a ponto de ser responsável pelo estado que se estabeleceu no Brasil, patrimonial e patriarcal, do cenário de colônia e escravista.

Gilberto Freire sempre defendeu que o Brasil é uma democracia racial, e que a escravidão no Brasil teve benefícios civilizatórios evidentes. De outro ponto teórico, tem-se Roger Bastide e Florestan Fernandes que conduziram uma pesquisa em função dessas afirmações de Freire para pesquisar de âmbito nacional para atestar ou não essa afirmação. A conclusão desses autores é negar afirmação do Brasil ser democracia racial.

O Brasil nunca foi uma democracia racial, muito pelo contrário, até hoje continua sendo um país racista, e a prova mais evidente segundo Florestan, são as piadas que se contam sobre negros. Contam-se essas piadas, logo isso significa que o racismo, o preconceito e a discriminação estão profundamente arraigados no nosso inconsciente, no nosso senso comum. Os próprios negros, contam essas piadas, esse é um dos argumentos, mas há outros que Florestan usa para derrubar a crença do Brasil como democracia racial.

Além disso, o autor Peter Frey, antropólogo inglês radicado no Brasil, afirma que o país tem todas as condições de se tornar uma democracia racial, resta então seguir a ideia de transformar em sociedade democrática para que no dia que o país seja uma democracia verdadeira o racismo esteja isolado e perdendo força.

Na Amazônia, quando em encontros informais sociais mencionam-se terminologias como “caboclo” ou “índio”, o conhecimento de senso comum da população não revela tal sentimento, considerando como não possuidor de influência indígena pessoal ou do próprio estado com influências indígenas, revelando assim um sentimento racista.

Termos como “caboco” ou “coisa de caboco” usado de forma pejorativa introduz dessa maneira um elemento de separação entre o que “eu sou eu e o outro caboclo” tratados então como indivíduos distintos.

Antes das ciências humanas se constituírem como campo de investigação com métodos específicos, havia estudiosos autodidatas que se interessavam pelo caminho da compreensão de certos fatos.

O que se chama de pensamento social não é um estágio que antecede apenas as ciências sociais e humanas, é um estágio que acompanha essas ciências. Por exemplo, como Weber afirma, a economia tem um significado que pode ser utilizado para entender estudos de religião de uma época como em sua obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. O inverso também pode ocorrer, estudos de religião ou étnicos que explicam aspectos econômicos, os fatos seguem um significado principal, mas transcendem seu campo de origem demográfico e etnológico.

Atualmente, o serviço social tem uma contribuição imprescindível a sociologia, pois muitos concluintes em serviço social possuem trabalho consolidados na área das ciências sociais. Há esse pensamento social em estágios diferentes e em campos diferentes.

O pensamento das ciências humanas e das ciências sociais são dois campos que se entrelaçam e se relacionam de várias formas.

Esse conjunto de conhecimento e tentativas de compreensão recebeu a denominação de pensamento social e em sua perspectiva histórica de pensamento social brasileiro se estende ao pensamento social das regiões do país. O processo de formação desse pensamento envolve a participação de intelectuais e pensadores de diferentes regiões mesmo considerando o fato que certas regiões se impõem, por vários motivos, sobre as demais com tendências hegemônicas, como é o caso do pensamento social de São Paulo, que ocorre não apenas por universidades, mas por um conjunto de participações de autores diversos que fomentam esse pensamento e tiveram origem nesse estado irradiando para outros estados.

Para compreender a amplitude e o alcance da diversidade desse pensamento devem-se considerar suas manifestações regionais e locais, pois só se pode possuir uma visão do arquipélago incluindo nela as ilhas maiores e menores, e é assim com essa percepção integrada que se é possível verificar a formações da inteligência de um povo.

Um aspecto a ser considerado é verificar nas ruas, praças e edificações na cidade grande homenagens que a sociedade reconhece das figuras que foram significativas para o local e que fomentaram a inteligência do estado. Manaus por exemplo, presta seu reconhecimento a nomes como Djalma Batista, André Araújo, Mário Ypiranga e Samuel Benchimol.

O reconhecimento mais profundo e objetivo ao legado produzido é transmitido por esses pensadores e criadores no estudo sistemático que a nova geração de cientistas sociais e os que exercitam as ciências humanas realizam.

EFEITOS DAS UNIVERSIDADES E CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA SOCIAL

A ampliação de cursos de graduação e pós-graduação aumenta a produção de estudos das populações indígenas, inclusive nos aspectos linguísticos que são muito ricos, além de processos demográficos e migratórios, marginalidade urbana e rural, tornando a Amazônia mais desenvolvida e conhecida respeitando os direitos dos cidadãos e administrando os recursos naturais e culturais. Para Djalma Batista, o desenvolvimento da Amazônia é atribuído a educação em sentido amplo, desde os níveis mais básicos até a pós-graduação, que gera mais publicações na cidade e em áreas rurais inclusive com alunos indígenas que falam sobre seus próprios problemas gerando soluções sustentáveis e democráticas na Amazônia.

Não se pode desenvolver aquilo que não se conhece, o desvendamento é um processo ainda em curso. Deve-se perguntar ainda no que tange a realidade local, o que significa para o Amazonas e a Amazônia, a universidade, em particular a UEA, levando em conta que:

Representa o acontecimento mais importante nos últimos 20 anos em especial com seu processo de interiorização. Deve-se considerar que a graduação e a gradativa implantação de nossas instituições públicas ocorreram de forma tardia em relação a outros estados devido ao subdesenvolvimento da Amazônia que não podia ter um padrão de educação com o desenvolvimento da época.

O projeto pioneiro da universidade livre de Manaus apesar de seu impulso inicial foi atingido fortemente pela crise econômica que se instalou logo após a fundação (início em 1909 e declínio histórico do comércio da borracha em 1912). Desse projeto que se desfez aos poucos, restaram apenas a faculdade de Direito, Serviço Social e Enfermagem que seriam posteriormente incorporadas à Universidade do Amazonas (hoje UFAM). Os cursos de pós-graduação ocorreram de forma tardia e com bases frágeis, havia resistência em relação a pós-graduação já que para algumas pessoas afirmavam que ainda não havia graduação plena, passaram anos até a implantação dos cursos de pós-graduação.

A ideia de universidade esteve por muito tempo ligada à graduação e às licenciaturas, esse fato se compreende pela busca pelo diploma de ensino superior e na formação de professores. A universidade pública na Amazônia, tanto federais como estaduais, ao criarem consolidarem curso de pós-graduação estavam promovendo mudança radical na produção do conhecimento.

Antes do conhecimento produzido de forma sistemática, por meio de pesquisas prolongadas via programas de pós-graduação, o conhecimento e concepções eram fornecidos por observadores e exploradores estrangeiros que tratavam sobre a região norte da América do Sul em parte integrante das ciências em seu sentido universal.

A Amazônia foi fundamental para a fundação de estudos na botânica, da zoologia, da hidrologia, cartografia graças a esses cientistas que produziram os primeiros grandes inventários sobre a fauna, flora, povos indígenas, dentre outros.

A Amazônia forneceu grandes possibilidades de descobertas e conhecimento ao mundo ocidental assim começou a ser percebida sua biodiversidade étnica e paisagística, inclusive pelos próprios residentes fomentado pelas produções universitárias e que ainda está em plena continuidade, contribui para enxergar melhor a Amazônia.

Assim, a universidade brasileira passou a incluir cada vez mais a Amazônia como fonte de estudo em diversas esferas como as populações indígenas do Rio Negro, por exemplo, a Unicamp e a universidade latino-americana são exemplos de instituições que contribuem na formação desses estudos.

As desigualdades em termos de pós-graduação em relação às regiões expressam os desníveis e distâncias entre universidades do centro sul e de regiões como norte e nordeste.

Essas diferenças ajudam a compreender que as reduções das desigualdades regionais podem ser suplantadas e corrigidas com o fortalecimento de sistemas universitários das regiões menos desenvolvidas, fortalecendo a educação em todos os níveis.

Após a UFAM e a UEA aumentarem sua presença nas sub-regiões do Amazonas, a qualidade de vida e a situação cultural e financeira dos municípios desenvolveram-se gradativamente. Por exemplo, agora esses locais possuem um corpo docente consolidado.

Além disso, a presença da universidade revelou a precariedade de serviços e setores diversos como o de transportes, abastecimento, comunicação, saneamento básico e outros serviços inerentes à vida urbana, já que os serviços acadêmicos demandam tais serviços para suprir as necessidades das novas conjunturas criadas pela universidade.

A presença da educação em todos os níveis e em todos os municípios requer a implantação de novas políticas públicas e novos investimentos para completar a obra das universidades, que apesar de sua presença ainda percebe a carência de serviços. A universidade força o município a mudar seu perfil por meio de seu papel transformador de desenvolver região local.

Várias experiências em âmbito mundial atestam que a educação voltada para a formação plena, pesquisa na área de tecnologia e inovação trazem mais resultados que a industrialização, sobretudo, em regiões subdesenvolvidas e periféricas nas quais a chegada da indústria significava o aproveitamento da força de trabalho estagnada com alguma especialização da classe trabalhadora. Por outro lado, as regiões mais desenvolvidas reservam para si o conhecimento da inovação em tecnologia.

Esse é o caso do polo industrial de Manaus que não detém tecnologia, mas aproveita a mão de obra mais barata que no Japão e Europa, sem, no entanto, transportar o conhecimento de alto nível para essas regiões, os polos indústria mundo a fora.

Nas últimas décadas, vem crescendo na consciência brasileira o atraso do conhecimento cultural, educacional e tecnológico. Esse fato é verificado pelos indicadores, por exemplo, dos jovens em idade escolar sendo uma grande maioria fora da escola e os que estão dentro tem ensino precário além do baixo ingresso de jovens no ensino superior.

Nos EUA e na Coreia, cerca de 80% da população em idade de entrar na universidade de fato estão nessas instituições, já, no Brasil, esse número é de 18%. Outro índice alarmante é que metade dos jovens em idade de educação universitária estão submetidos ao processo de semiformação, ou seja, recebem um diploma, mas sua formação é precária, e precisa ser complementada.

A SITUAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NA AMAZÔNIA

Quando abordamos a Amazônia nesse contexto, devemos considerá-la como parte fundamental da América Latina e do Brasil. Quando nos referimos às ciências humanas, pensamos no ensino e na pesquisa em nível de pós-graduação, ao qual se deve considerar estar em atraso em relação à implantação de programas de pós-graduação em relação a América Latina e ao Brasil.

Tomando como base um estudo da Unicamp que compara 6 centros de estudos amazônicos e ambientais, reunindo a Universidade Estadual de Campinas, Universidade Nacional de Brasília, Faculdade Latino-Americana do Equador, Núcleo de Alto Estudos Amazônicos (NAEA) na Universidade Federal do Pará, Universidade Nacional da Colômbia, e a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Esse quadro envolve seletivamente 6 centros de pós-graduação com pesquisa sistemática sobre a Amazônia e a questão ambiental, cita-se a situação do (NAEA) que desde a

década de 80 vem produzindo em níveis semelhantes ou mesmo acima de reconhecidos núcleos de pesquisa em pós graduação.

O NAEA no âmbito das pesquisas sobre a Amazônia e a questão ambiental vem produzindo em grande escala em comparação a outros centros de pesquisa, com 198 dissertações defendidas, 57 teses e a publicação de 101 livros.

Dados como esses corroboram em tirar a ideia de desvantagem em relação à produção acadêmica, ajudando a verificar o potencial transformador via educação. Sabe-se que muitos fatores atuam historicamente contra a Amazônia entre eles a distância cultural apesar de todo avanço prometido pela cultura da internet e outros meios digitais.

O desenvolvimento das ciências humanas deve, portanto, se comprometer em conhecer todos os problemas e fornecer caminhos e soluções por meio de novas políticas públicas com emergência nas necessidades reais dos cidadãos.